



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

PETRÓPOLIS, 05 DE abril DE 2021.

### PARECER

CMP DSL 3579/2021 - DAJ 163/2021.

**EMENTA:** PROJETO DE LEI QUE  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A UTILIZAR  
IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS  
PÚBLICOS EM ÁREAS COBERTAS  
E CLIMATIZADAS PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DE HOSPITAL  
DE CAMPANHA NA FORMA QUE  
MENCIONA. LEGALIDADE E  
CONSTITUCIONALIDADE.  
PARECER FAVORÁVEL À  
TRAMITAÇÃO.

### INTRODUÇÃO:

Trata-se de parecer acerca da legalidade e de Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador **Marcelo Lessa**, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A UTILIZAR IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS COBERTAS E CLIMATIZADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE HOSPITAL DE CAMPANHA NA FORMA QUE MENCIONA".

É o sucinto relatório. Passo a opinar

Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis-RJ  
Tel/fax (24) 2291-9200

[www.cmp.rj.gov.br](http://www.cmp.rj.gov.br)



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

### DO MÉRITO:

O autor justifica no projeto de lei, que tem como propósito auxiliar no processo contenção do avanço da Pandemia de COVID-119, buscando evitar gastos e despesas desnecessárias.

Cumpre esclarecer, não há qualquer limitação constitucional à propositura de projeto de lei por Vereador versando sobre a matéria aqui tratada.

### DO FUNDAMENTO:

Portanto, tem-se que não há qualquer inconstitucionalidade na previsão do projeto de lei, uma vez que apenas "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A UTILIZAR IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS COBERTAS E CLIMATIZADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE HOSPITAL DE CAMPANHA NA FORMA QUE MENCIONA, conforme previsto no **Artigo 30, inciso I e II da Constituição Federal**:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

Como se vê, o projeto de lei em questão não viola o padrão constitucional vigente, por tratar-se de matéria de interesse local e não privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme **Artigo 16, §3 da LOMP**.

Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis-RJ  
Tel/fax (24) 2291-9200

[www.cmp.rj.gov.br](http://www.cmp.rj.gov.br)



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:

*§ 3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.*

Ademais, o Código de Trânsito Nacional também preleciona o seguinte:

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário

Nestes termos, verificamos que o referido Projeto de Lei atende aos preceitos legais e regimentais pertinentes à matéria, sendo assim constitucional.

DA CONCLUSÃO:

Praça Visconde de Mauá, 89, Centro, Petrópolis-RJ  
Tel/fax (24) 2291-9200

[www.cmp.rj.gov.br](http://www.cmp.rj.gov.br)



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Por todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.

Assim sendo, em obediência às normas legais, este DAJ **OPINA** pela **legalidade e constitucionalidade** do presente Projeto de Lei, devendo ser encaminhado ao Plenário desta Casa Legislativa para devida votação, ressalvando, contudo, seu caráter opinativo.

À superior consideração.

FELIPE CÉSAR SANTIAGO  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
MATRÍCULA Nº 1727.053/21  
OAB-RJ 232.132

FERNANDO FERNANDES DE  
ASSIS ARAÚJO  
**DIRETOR JURÍDICO**  
MATRÍCULA 1729.063/21  
OAB/RJ 80.742